

Internet e oportunidades de participação política – Um exame dos *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques¹

Este trabalho avalia os *websites* pessoais de representantes políticos levando em consideração as principais ferramentas oferecidas para viabilizar a participação dos cidadãos. Se, por um lado, é possível apontar diversas possibilidades de aperfeiçoamento político trazidas pela Internet, por outro lado, os exemplos de emprego efetivo da rede para o fortalecimento da participação democrática são, de certa forma, escassos. Este artigo propõe uma grade analítica para avaliar a quantidade e a qualidade das ferramentas relativas à participação política disponíveis em *sites* de senadores. A noção correlata de “graus de participação dos cidadãos na Internet” busca mensurar quão porosos determinados *websites* são de modo a coletar sugestões e disposições dos cidadãos. A comparação empírica entre os *websites* de senadores brasileiros e americanos traz como principal conclusão a idéia de que a Internet pode ser melhor empregada para se aperfeiçoar a participação democrática.

Palavras-chave: comunicação, internet, democracia.

Internet and opportunities of political participation – Examining Brazilian and American senators' websites. This article examines the personal websites of political representatives taking into account the main resources offered to make the political participation of citizens feasible. If, on the one hand, one can indicate many possibilities brought by the Internet to improve political practices, on the other hand, the examples of actual use of digital tools to strengthen the citizens' participation are scarce. This paper proposes an analytical grid to evaluate the quantity and quality of the tools present in senators' websites. The idea of “levels of citizens' participation” seeks to measure how porous these websites are on the basis of the importance they give to citizens' contributions. The empirical comparison between websites of Brazilian and American senators leads to the conclusion that the Internet could be far better used to improve democratic participation.

Key words: communication, internet, democracy.

Cet article examine les sites personnels de représentants politiques en considérant les ressources principales offertes pour viabiliser la participation des citoyens. Si, d'une part, on peut indiquer beaucoup de possibilités apportées par l'Internet pour améliorer les pratiques politiques, d'autre part, les exemples d'un emploi efficace du réseau pour la fortification de la participation démocratique sont rares. Le travail propose une grille analytique pour évaluer la quantité et la qualité des outils de participation politique disponibles dans quelques sites de sénateurs. L'idée des « niveaux de participation des citoyens dans l'Internet » cherche à mesurer la ouverture des websites à les contributions des citoyens. La comparaison empirique entre les sites de sénateurs brésiliens et américains apporte comme principale conclusion l'idée que l'Internet pourrait être meilleur utilisé pour se perfectionner la participation démocratique.

Mots-clé : communication, internet, démocratie.

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PósCom - UFBA). Bolsista de Doutorado do CNPq. O autor é grato às sugestões e críticas feitas pelos integrantes do GT de Comunicação e Política do Compós-2007 e pelos colegas do grupo de pesquisa “Comunicação e Democracia”. E-mail: marquesjamil@yahoo.com.br.

Introdução

Não parece haver dúvidas acerca do quão importante é a participação dos cidadãos nos negócios públicos para se afirmar o vigor de uma dada sociedade democrática. Tanto teóricos quanto líderes políticos enfatizam a necessidade de se levar em conta de modo mais efetivo as disposições e contribuições da esfera civil, seja no sentido de se promover mecanismos de legitimação, seja na intenção de se aperfeiçoar a elaboração das políticas públicas. Aqueles que enfatizam os princípios de soberania popular, por exemplo, consideram a influência dos cidadãos nas decisões públicas um fator vital para a afirmação dos regimes democráticos² (Held, 1987; Barber, 2004; Pateman, 1992).

Em verdade, a defesa freqüente de dispositivos práticos que reafirmem o caráter da participação dos cidadãos como um dos princípios fundamentais da democracia ou a argumentação acerca de como e em que medida se deve dar tal participação revelam um certo desconforto quanto às práticas democráticas contemporânea. Parece cada vez mais consolidada a idéia de que, após eleger representantes, os cidadãos se vêem limitados a renovar ou não este contrato através do voto (em alguns casos, quando não são obrigados, nem através do voto os cidadãos participam). Na prática, assim, a democracia parece ser compreendida menos como o regime de governo caracterizado pela batalha cotidiana quanto à configuração de políticas, enquadradas em ideologias que se engendram com as regras e procedimentos do jogo, e mais como uma simples contagem de preferências individuais colhidas em intervalos periódicos (Gomes, 2004; Miguel, 2001, 2002).

Este desconforto não é recente, pois já vem sendo discutido desde os anos 60, quando estudiosos a exemplo de Sherry Arnstein (1969) e Carole Pateman (1992) esboçaram uma primeira reação à tradição do elitismo competitivo de Schumpeter (1942), cujo cerne está em justificar o papel privilegiado dos líderes e representantes

políticos em detrimento da intervenção regular da esfera da cidadania³. Do mesmo modo, não são necessariamente novas as hipóteses que pretendem explicar as razões pelas quais se sente um certo descolamento entre a atuação da esfera civil e a performance da esfera política. Em termos gerais, os autores que defendem uma maior participação dos cidadãos apontam como motivos para o diagnóstico de baixos índices de participação (1) a indisposição dos cidadãos em tomar parte no processo de produção da decisão política (apatia, desconfiança e cinismo em relação à atividade política são aspectos a circundar esta dificuldade) e (2) a ausência de mecanismos institucionais apropriados para tornar a participação da esfera civil conveniente e factível.

Estes dois fatores estão entrelaçados no argumento de Carole Pateman quando ela afirma que os cidadãos se tornariam mais interessados em intervir no processo político caso percebessem que suas contribuições, realizadas por meio de instrumentos adequados, são efetivamente levadas a sério (Pateman, 1992). Benjamin Barber complementa tal concepção ao afirmar que: “Eles [os cidadãos] são apáticos porque não têm poder efetivo, e não sem poder porque eles são apáticos. Não há evidências para sugerir que, uma vez dotados de poder político, as pessoas se recusarão a participar” (Barber, 2004, p. 272). Em outras palavras, a tese defendida por estes autores ressalta que resolver o problema da carência de oportunidades reais de participação aos cidadãos constitui um passo essencial para se diminuir o “gap” diagnosticado pelas perspectivas que valorizam a soberania popular entre a prática e os princípios democráticos.

Tomando como princípio, no mesmo sentido, a noção de que o estado democrático deve ser formatado de modo a favorecer a soberania política dos cidadãos, este trabalho procura examinar como algumas das oportunidades de participação política vêm sendo oferecidas. Mais particularmente, este artigo reflete acerca da importância dos *mass media* como um dos agentes a atuarem no provimento de tais oportunidades.

² O desenvolvimento de um dos modelos mais recentes em teoria democrática, a saber, o deliberacionismo, reafirma a noção de aprofundamento da democracia a partir da consolidação dos mecanismos civis de intervenção quando da produção da decisão política. “A idéia de que o governo deveria incorporar a ‘vontade do povo’ tem uma longa história e consta em diferentes variantes [das teorias da democracia]. [...] Definida de modo amplo, a *democracia deliberativa* se refere à idéia de que a produção legítima das leis é emulada a partir da deliberação pública dos cidadãos. Como um princípio normativo da legitimidade, a democracia deliberativa evoca ideais de legislação racional, política participatória e autogovernança cívica. Em suma, ela apresenta um ideal de autonomia política fundamentada no raciocínio prático dos cidadãos” (Bohman e Rehg, 1997, p. IX).

³ Deve-se levar em consideração o privilégio que os autores elitistas conferem à liderança nas democracias, em detrimento de uma intervenção diligente dos cidadãos, pelo medo destes autores de que uma maior participação gere instabilidade no sistema político e de que sejam repetidos os caminhos que a democracia de massa trilhou em sociedades como a da Alemanha na década de 20 do século passado.

Os *mass media* e a promoção da participação política

A importância dos *mass media* no processo de participação política pode ser constatada, dentre outros fatores, pelo fato de que eles se encontram constantemente ligados às instituições da esfera política, sendo responsáveis pela publicação de fatos e opiniões, ou mesmo agindo como instrumentos ao longo de campanhas eleitorais. Através do provimento de informações, as instituições do campo da comunicação de massa tornam possível a inserção e a participação dos cidadãos na produção da decisão política, ainda que indiretamente.

É comum, nestes termos, a afirmativa de que a qualidade do processo democrático é determinada pela infraestrutura e pelo comportamento das instituições mediáticas. Coleman *et al.* (1999) identificam, entretanto, um paradoxo entre a potencialidade, a real performance e os efeitos relativos ao trabalho dos agentes da comunicação de massa:

[...] no final do século XX, pode-se constatar um aumento na capacidade das sociedades, localmente, nacionalmente e globalmente, em gerar e disseminar informação, e ao mesmo tempo, um aumento no desencantamento por parte dos cidadãos no que se refere a muitas das instituições e procedimentos da democracia (Coleman et al., 1999, p. 4).

Ao se debruçarem sobre tal paradoxo, alguns críticos ressaltam que as próprias instituições políticas e de comunicação são duas das principais culpadas por este quadro de diagnóstico decadente (Jamieson, 1993; Fallows, 1997; Putnam, 2000). Tais críticos argumentam, por exemplo, que (1) a televisão e o rádio não são tecnicamente interativos o suficiente para promover uma participação forte e factível dos cidadãos (alguns autores discutem a “unidirecionalidade” dos *mass media* tradicionais); (2) as instituições mediáticas funcionam, em muitos casos, apenas como instrumentos políticos (ao satisfazer interesses privados ou de grupos políticos); (3) o conteúdo transmitido através destes *media* não possui comprometimento com os princípios democráticos. Se a interpretação destes críticos estiver correta, como é possível, então, neste cenário, aperfeiçoar a

democracia e a participação, se uma das principais ferramentas deste processo possui tantos defeitos na sua aplicação prática?

A emergência de uma plataforma de comunicação com a capacidade de atuar sob uma lógica diferente daquela dos *mass media* tradicionais revigora as esperanças no que concerne ao emprego dos *media* para aperfeiçoar a democracia e a participação dos cidadãos. Isto ocorre, sobretudo, graças ao fato de que os *new media* (dos quais a Internet parece ser o exemplo de maior proeminência) podem adicionar novas possibilidades ao processo político, tais como maior interatividade, liberdade de discurso e publicação instantânea de conteúdos a baixo custo. Desta forma, muitas das críticas feitas aos *media* tradicionais e às suas limitações parecem não se aplicar aos computadores conectados em rede, ainda que apenas do ponto de vista das potencialidades técnicas.

O atual estágio da pesquisa que aborda a interface entre Internet e democracia já permite que se vá além da simples enumeração de potencialidades e que, assim, passem a receber maior projeção trabalhos que lidam com o efetivo emprego das ferramentas de comunicação tecnicamente disponíveis para se dar conta de dificuldades relativas às práticas democráticas.

Neste contexto, o presente trabalho se dedica a estudar um dos aspectos da relação entre Internet e democracia: o exame proposto aqui se refere, mais especificamente, ao exame sobre como parlamentares de dois países, Brasil e Estados Unidos, empregam as tecnologias digitais de comunicação para promover a participação dos cidadãos através de seus *websites*⁴.

Assim, entre as questões às quais este artigo se dedica estão: Quais são as ferramentas disponíveis aos cidadãos nos *websites* de parlamentares? Que tipos de oportunidade (variedade, qualidade, quantidade e profundidade das ferramentas) são oferecidos aos cidadãos para participarem? O que os *websites* de congressistas podem revelar acerca da concepção democrática do representante político e de sua assessoria? Que diferenças podem ser apontadas quando são comparados *websites* de congressistas brasileiros e norte-americanos? O propósito aqui é, em suma, avaliar até que ponto as experiências escolhidas como amostra satisfazem as expectativas acerca das possibilidades trazidas pela Internet.

⁴ Importante ressaltar que a pesquisa não se refere ao site que a instituição “Senado” mantém com informações básicas sobre cada parlamentar, e sim ao conjunto de páginas de Internet (que acabam por conformar o *site* pessoal de determinado parlamentar) cuja responsabilidade oficial é do congressista e de sua equipe.

O operador analítico empregado neste trabalho para dar conta das perguntas acima se refere à idéia de “graus de participação dos cidadãos na Internet”, proposta por Gomes (2005). Tal operador consiste em uma grade que estabelece um conjunto de critérios para mensurar em qual “grau” de qualidade e quantidade as ferramentas disponíveis em *websites* políticos podem ser alocadas, tendo como referência o oferecimento de recursos participatórios. Assim, é necessário enfatizar que a preocupação aqui está em analisar as iniciativas ofertadas pelos representantes, e não em estudar como os cidadãos participam ou se comportam politicamente na Internet.

Como senadores brasileiros e norte-americanos empregam a Internet para estimular a participação

Coleman *et al.* (1999) reforçam a idéia de que, para além da agilidade oferecida ao processo legislativo interno às Câmaras e aos Senados, a Internet gera outros efeitos sobre a representação política, através, por exemplo, de instrumentos que podem ser empregados para se aperfeiçoar a relação entre políticos e cidadãos.

Se alguma modificação pode ser efetivamente apontada, entretanto, ela é promovida, no final das contas, por instituições, usuários e demais atores envolvidos nos diferentes processos que têm lugar no ambiente digital. Desta forma, parece ser mais útil examinar como alguns dos agentes políticos engajados no processo democrático empregam a Internet do que se deter na apresentação de potenciais. A grade analítica aqui delineada se dedica a este propósito.

A idéia de “Graus de Participação dos Cidadãos na Internet”

A noção de “graus de participação dos cidadãos na Internet” argumenta que os recursos participatórios disponíveis na Internet podem variar em quantidade e qualidade. Enquanto se pode encontrar agentes que oferecem apenas ferramentas informativas acerca de suas próprias ações e eventos, ou sobre seus perfis e biografias

(recursos que não podem ser considerados adequados para se fortalecer a participação civil), é possível identificar experiências nas quais atores políticos procuram efetivamente incluir os cidadãos no processo de elaboração de políticas públicas, provendo informação, interagindo, coletando idéias e refletindo sobre os argumentos enviados através dos dispositivos contidos nos *websites*.

A grade desenvolvida para este artigo começou a ser construída após a visita a *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos. Uma vez que recursos de diferentes naturezas foram encontrados, procurou-se privilegiar aquelas que implicam participação dos cidadãos, e idealizaram-se algumas outras no intuito de vislumbrar como se poderia gerar um ambiente de intervenção dos cidadãos mais aprofundado. Todos os recursos, tanto aqueles efetivamente encontrados quanto os imaginados, somam 70 itens, divididos em quatro graus, de acordo com sua capacidade de facilitar ou prover efetiva participação política.

Dentro de cada grau, é feita tanto uma conferência da presença do item (análise quantitativa) quanto uma gradação acerca do alcance que aquela ferramenta permite (análise qualitativa). Decidiu-se avaliar algumas das ferramentas de modo qualitativo como forma de recompensar os *websites* que oferecem o mesmo serviço que outros, mas com um diferencial de maiores atributos e adequações. Por exemplo, dois *websites* podem oferecer informação aos cidadãos acerca de fatos políticos; porém, se um deles se esforça em promover a publicação de conteúdos mais extensos, em diferentes formatos (som, vídeo, texto) e sempre atualizados, considera-se justo reconhecer tal inclinação. Assim, em cada grau, as ferramentas são avaliadas de acordo com a seguinte pontuação:

- “N” – o item não se faz presente no *website* em questão;
- “0.5” – o item está presente, mas de modo rudimentar;
- “1” – o item está presente e possui um grau maior de sofisticação;
- “2” – o item está presente e é avaliado como idealmente adequado, considerando-se os esforços para se prover ferramentas de participação política ou para facilitá-la.

Em algumas ocasiões, itens pontuados como “2” podem conter características que estão presentes também nas avaliações correspondentes a “0.5” e “1”. Itens avaliados apenas quantitativamente são pontuados com os escores “N” e “0.5”.

Adicionalmente, deve ser dito que este trabalho lida apenas com o que é oferecido pelo *website* analisado em si. Não são consideradas aqui as ferramentas ou dados

disponíveis em sites externos (tais quesitos recebem o escore zero). Por último, quando se diz que um maior grau significa a presença de dispositivos mais sofisticados, a intenção não é a de se excluir ou desconsiderar as ferramentas alocadas em graus mais baixos da escala. Na verdade, é possível afirmar que a maioria das ferramentas localizadas em diferentes graus são complementares. A tabela pode ser encontrada para consulta, integralmente, ao final do texto.

Os parágrafos seguintes podem dar uma idéia melhor sobre como funciona a análise através dos graus de participação dos cidadãos na Internet. As ferramentas vão se tornando mais sofisticadas a cada grau, conforme pode ser percebido.

- Primeiro grau: Refere-se a dispositivos que almejam promover a imagem pública do agente político. Entre as ferramentas predominantes, estão biografia, fotos e notícias que realçam uma perspectiva personalística, reforçando a idéia de uma presença apenas elementar na Internet e de um ambiente mais propício à visibilidade do congressista do que à participação dos cidadãos.

- Segundo grau: Tais ferramentas também buscam promover a imagem do congressista, mas aqui é possível perceber a presença de dispositivos de informação (logo, ainda acessórios ao aspecto participativo) mais avançados. Estas ferramentas promovem o conhecimento político dos usuários que acessam estes *websites*, permitindo a assinatura de *newsletters*, o contato com textos legislativos, bem como com o congressista e seu gabinete, e, desta forma, representam uma primeira oportunidade de interação e inserção de dados.

- Terceiro grau: Ferramentas que oferecem informação mais aprofundada sobre como atuam o parlamentar e o sistema político. Neste grau, podem ser encontrados recursos que têm a ver com *accountability* ou que provêem dados acerca do percurso seguido pelas proposições legislativas até se tornarem lei. Ainda neste ponto da grade analítica, podem ser encontradas ferramentas que representam oportunidades de participação para a esfera civil, tais como pesquisas de opinião e formulários digitais para se reportar problemas e para se solicitar ajuda do parlamentar no trato com agências governamentais.

- Quarto grau: Ferramentas classificadas como de quarto grau estão mais próximas do que pode ser idealmente oferecido para se aperfeiçoar a participação política dos cidadãos através dos *websites* de congressistas. Neste grau, o parlamentar torna disponível não apenas informação aprofundada aos

cidadãos, mas está, também, disposto a envolvê-los no processo de produção da decisão política. Os *websites* que enquadram suas ferramentas neste grau oferecem dispositivos digitais tais como formulários para a proposição de políticas públicas por parte dos cidadãos, requisição de audiências públicas com os parlamentares e oportunidades de interação direta com os representantes através de salas de conversação.

Análise empírica dos *websites* de senadores

A pesquisa empírica foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2006. Dos 81 senadores brasileiros, apenas três não possuíam *website* próprio àquela época. No caso norte-americano, todos os 100 senadores possuíam uma página oficial na Internet. Em ambos os países, os *websites* pessoais estão abrigados nos servidores das próprias casas legislativas, diferenciando-se das páginas institucionais com informações básicas sobre cada parlamentar.

A grade analítica empregada neste artigo examina seis *websites*: três de senadores brasileiros e três de senadores americanos. Ainda que não seja possível tecer considerações acerca de um perfil geral do emprego das ferramentas oferecidas, dada a amostra limitada com a qual este artigo lida, a intenção foi, neste primeiro momento, testar o instrumento metodológico desenvolvido para, em fase posterior da pesquisa, ampliar-se o escopo do *corpus* empírico. A escolha dos casos examinados nesta primeira fase foi orientada a partir da posição de liderança dos parlamentares em suas respectivas casas legislativas. Desta forma, as experiências investigadas são as seguintes:

Websites brasileiros

- Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB, Alagoas). *Website*: <http://www.senado.gov.br/renan/>.

- Líder da maioria (na época da pesquisa), Ney Suassuna (PMDB, Paraíba). *Website*: <http://www.senado.gov.br/web/senador/Neysua/bemvindo.htm>.

- Líder da minoria (na época da pesquisa), José Jorge (PFL, Pernambuco). *Website*: <http://www.senado.gov.br/web/senador/josejorge/default.htm>.

Websites norte-americanos

- Presidente do Senado (na época da pesquisa), Theodore Stevens (Republicano, Alaska). *Website*: <http://stevens.senate.gov/>.

- Líder da maioria (na época da pesquisa), William Frist (Republicano, Tennessee): Representou o estado do Tennessee até janeiro de 2007. *Website* à época da pesquisa: <http://frist.senate.gov/>.

- Líder da minoria (na época da pesquisa), Harry Reid (Democrata, Nevada). Reid atualmente lidera a maioria no senado americano. *Website*: <http://reid.senate.gov/>.

A avaliação inicial deu conta de que os *websites* americanos, quando comparados aos brasileiros, oferecem ferramentas de participação em maior número e profundidade, conforme os índices a seguir:

Índice geral de performance média:

Ney Suassuna (Paraíba):	8,02%
Renan Calheiros (Alagoas):	9,87%
José Jorge (Pernambuco):	10,49%
Theodore Stevens (Alaska):	18,51%
William Frist (Tennessee):	25,30%
Harry Reid (Nevada):	33,33%

Estes dados mostram, primeiramente, que os *websites* examinados compreendem uma grande variedade de desempenhos considerando a oferta de ferramentas de participação política, bem como de informações e de serviços aos cidadãos. Conforme pode ser observado, o site americano de mais baixa performance obteve um escore que se aproxima do dobro daquilo que atingiu o *website* brasileiro de melhor colocação.

Uma hipótese que poderia explicar esta diferença de qualidade e profundidade das ferramentas se refere à cultura política. Os senadores americanos se encontram, aparentemente, mais próximos aos seus eleitores e cidadãos. Eles costumam usar os *websites* para fornecer informações sobre seus estados de origem, convidar os cidadãos a visitarem Washington ou mesmo para tornar possível tarefas simples, como a requisição de cartas congratulatórias quando algum evento importante ocorre na vida do cidadão. Ao que tudo indica, a Internet, no lugar de estabelecer novos costumes, vem consolidando alguns dos antigos traços da relação entre representante e cidadão.

A maioria dos recursos encontrados em todos os *websites* pertence ao primeiro grau da grade analítica, ou

seja, referem-se à autopromoção do congressista (e pouco se relacionam a dispositivos voltados para incrementar a participação), obedecendo a uma lógica unidirecional (o simples oferecimento de fotografias do parlamentar em eventos é o exemplo mais recorrente). Aqui está a performance de cada *website* no que se refere ao primeiro grau da escala:

Índice de performance quanto aos recursos de primeiro grau

Ney Suassuna:	14,63%
José Jorge:	24,39%
Renan Calheiros:	29,26%
Theodore Stevens:	53,65%
William Frist:	56,09%
Harry Reid:	65,85%

Se a maioria das ferramentas encontradas em todos os *websites* são classificadas como de primeiro grau, pode-se concluir que o objetivo geral destas iniciativas tem a ver, sobretudo, com a produção de uma imagem pública favorável (e, naturalmente, deve se relacionar ao fato de que estas são as ferramentas mais fáceis de se ofertar tecnicamente e que demandam menor trabalho por parte dos assessores). Entretanto, mesmo quando se está considerando apenas as elementares ferramentas de primeiro grau, a performance de alguns dos *websites* estudados ainda é insatisfatória.

Desta forma, a natureza da maioria das ferramentas disponíveis nestes sites não parece ser tão diferente daquela que se pode notar em plataformas não-digitais de comunicação. Fica claro que os *websites* brasileiros estudados não buscam convidar os cidadãos a tomarem parte no processo de produção da decisão política. Este fato pode ser um dos sintomas de que alguns agentes brasileiros não estão dispostos a aceitar a Internet como um *medium* capaz de aproximar cidadãos e representantes.

Já a tendência quanto aos recursos de segundo grau é de queda em seu oferecimento aos cidadãos. Os dados a seguir confirmam tal declínio no aprofundamento de oportunidades de participação:

Índice de performance quanto aos recursos de segundo grau:

Renan Calheiros:	6,45%
Ney Suassuna:	9,67%
José Jorge:	11,29%
Theodore Stevens:	12,90%
William Frist:	27,41%
Harry Reid:	32,25%

Renan Calheiros, que alcançou a melhor performance entre seus colegas brasileiros quando da

avaliação do primeiro grau, teve o pior desempenho na avaliação do nível de número dois. Já os senadores americanos ainda oferecem os melhores recursos, tanto em quantidade quanto em qualidade. Porém, seus índices, neste segundo grau, declinam substancialmente quando comparados às performances do primeiro degrau na escala (o escore de Ted Stevens é reduzido a quase um quinto).

O exame dos *websites* quando à disponibilidade de ferramentas de terceiro grau, por sua vez, revela uma queda ainda mais aguda: metade dos *websites* não chegaram a marcar pontos, conforme pode ser conferido nos índices abaixo:

Índice de performance quanto aos recursos de terceiro grau:

Renan Calheiros:	0%
José Jorge:	0%
Theodore Stevens:	0%
Ney Suassuna:	3,03%
William Frist:	3,03%
Harry Reid:	15,15%

Neste grau, pela primeira vez um senador brasileiro superou um norte-americano. Ney Suassuna teve uma performance superior, ainda que insatisfatória, àquela de Ted Stevens, já que ofereceu um formulário de pesquisa de opinião pública, mesmo desatualizado.

As ferramentas de quarto grau, por sua vez, são as mais sofisticadas e, conforme se poderia esperar, são as menos oferecidas no conjunto dos *websites* analisados. Nenhum dos seis *websites* estudados ofereceu, por exemplo, fóruns públicos ou salas de bate-papo nas quais o parlamentar se dispõe a dialogar diretamente com os cidadãos. Os índices de quarto grau foram os seguintes:

Índice de performance quanto aos recursos de quarto grau:

Renan Calheiros:	0%
José Jorge:	0%
Theodore Stevens:	0%
Ney Suassuna:	0%
William Frist:	0%
Harry Reid:	7.69%

O *website* de Harry Reid é o único dentre os estudados que oferece uma ferramenta de quarto grau, não obstante tal recurso ser ofertado apenas de forma moderada: os cidadãos têm a possibilidade de se registrar previamente *online* no intuito de tomar parte em encontros face a face com o parlamentar.

Alguns outros tópicos relacionados aos resultados aqui expostos podem ser discutidos de maneira mais aprofundada. Por exemplo, mesmo se este artigo não

pretende lidar com a questão sobre como os cidadãos empregam as ferramentas oferecidas nestes *websites*, é importante considerar a impressão geral passada aos usuários acerca do que acontece uma vez que se tenta empregar os recursos oferecidos.

Aparentemente, o correio eletrônico não é tomado como um dos modos mais eficientes para se contactar os parlamentares. Tal afirmação se fundamenta, entre outras questões, no fato de que os assessores dos parlamentares, sobretudo em épocas de crises políticas, precisam lidar com uma extensa quantidade de mensagens. Desta forma, muitas das assessorias dos parlamentares não parecem levar as mensagens eletrônicas tão a sério quanto aquelas mensagens impressas tradicionais, como telefonemas ou cartas impressas e escritas a mão. De acordo com Kirsty Magarey:

[...] o e-mail foi visto como "muito fácil". Havia o receio de que a automação pudesse desempenhar um papel [relevante] no envio de mensagens eletrônicas e, conseqüentemente, elas foram vistas como carregadas de menor valor quando comparadas a cartas em papel. [...] Muitos gabinetes identificaram campanhas dirigidas através de e-mail como menos importantes que comunicações "genuínas" (Magarey, 1999, p. 56).

Matt Carter (1999) sustenta que as mensagens eletrônicas são efetivamente levadas em conta apenas quando são pessoais (e não cópias de mensagens produzidas e enviadas em massa graças à orquestração promovida por *lobbies* e grupos de interesse) e quando elas vêm de cidadãos do estado representado pelo parlamentar, não importando se o tema ao qual a reivindicação se refere possui relevância nacional ou não.

Alguns parlamentares afirmam, claramente, que preferem não receber mensagens pela Internet. Os senadores analisados neste artigo não são tão explícitos em rejeitar as mensagens eletrônicas dos cidadãos (pode ser que, mesmo sem rejeitar explicitamente, tal resistência ocorra uma vez que os cidadãos enviem mensagens e não recebam respostas ou não tenham o que querem dizer levado a sério); alguns deles se queixam de receber um grande volume de mensagens a partir do instante em que oferecem formas de interação através de seus *websites*. Isso pode servir como evidência de que os cidadãos não são tão apáticos no trato dos temas políticos e, uma vez que percebem uma chance mínima de serem ouvidos, tratam de encaminhar suas demandas. Na página do senador Stevens, pode ser encontrada a seguinte mensagem referindo-se à interação digital com os usuários de Internet:

Eu tenho o prazer em oferecer esta página como um serviço a meus concidadãos que tiverem interesse em minhas atividades em nome do Alaska no senado dos Estados Unidos. Eu estímulo você a escrever-me uma mensagem eletrônica utilizando o endereço abaixo. Por favor, certifique-se de incluir um endereço postal e um número de telefone para possibilitar a correspondência.

Quando a página do site de Stevens que contém informações mais detalhadas acerca dos modos de contato com os escritórios do parlamentar é carregada, entretanto, é possível se deparar com uma mensagem um tanto contraditória:

Infelizmente, por conta das milhares de mensagens que eu recebo a cada semana, classificá-las manualmente e responder a cada uma eletronicamente excederia meus recursos. [...] Se você é um cidadão do Alaska e fornecer seu nome, endereço e número de telefone, sua mensagem será respondida o mais brevemente possível através do correio americano. Se você não é cidadão do Alaska, permita-me sugerir que o contato com os representantes de seu próprio estado poderá resultar num tratamento mais ágil de suas questões.

O website de Harry Reid possui uma mensagem de boas vindas similar, mas vai um pouco mais além ao pedir idéias sobre como melhorar sua presença no ambiente digital.

William Frist não oferece em seu website um texto convidando os cidadãos a interagir. Na página inicial de seu site, Frist torna disponível o endereço físico de todos os escritórios nos quais é possível encontrar assessores do senador. Na página web específica para se contactar o senador online, os usuários podem acompanhar o processo de respostas às suas demandas através de um sistema interno de organização. William Frist também ressalta preferir lidar com mensagens vindas de cidadãos de sua jurisdição, mas justifica tal atitude como cortesia a seus colegas parlamentares, que merecem ter a chance de assistir a seus concidadãos diretamente.

A consideração especial que os parlamentares conferem aos cidadãos de suas regiões pode fortalecer a idéia de que o ambiente digital, assim como os mass media tradicionais, são empregados preferencialmente para reforçar a conexão eleitoral entre o congressista e seu universo de potenciais eleitores.

Enquanto os sites de senadores americanos encorajam os cidadãos, ainda que minimamente, a escreverem uma mensagem através da Internet, os sites dos senadores brasileiros estudados aqui não estimulam

diretamente a interação. Renan Calheiros e José Jorge oferecem um formulário digital para que os cidadãos possam escrever uma mensagem (sem esclarecer como esta comunicação será processada, uma vez enviada), mas, destes dois, apenas Calheiros oferece as formas offline de contato com seu gabinete (ainda que o endereço físico do escritório esteja incompleto). O site do senador Ney Suassuna torna disponível, em uma mesma página, biografia, endereço dos escritórios físicos e seu endereço de e-mail, em vez de um formulário web.

Ainda sobre o aumento no volume de mensagens enviadas aos parlamentares, é interessante ressaltar o argumento de Christopher Arterton (1987) acerca do crescimento na participação política dos cidadãos à medida que ela se torna mais fácil e cômoda. Se os agentes da esfera política querem que os cidadãos efetivamente intervenham no processo de produção da decisão, eles devem remover todas as barreiras (tais como a escassez de canais de influência política ou a pouca confiança que os cidadãos têm no sistema) e mostrar aos cidadãos que suas contribuições serão efetivamente levadas em conta. Na opinião de Arterton:

O voto é o tipo mais fácil de participação: ocorre em intervalos regulares, toma apenas alguns minutos e é patrocinado pelo estado; tem grande visibilidade graças aos candidatos, jornalistas e organizadores da eleição; além disso, é ativamente encorajado pela sociedade. Outras formas de envolvimento custam mais ao indivíduo, tanto em termos de tempo, quanto em habilidades, informação e dinheiro. [...] Toda a idéia de empregar as tecnologias de comunicação para encorajar a participação está diretamente relacionada às possibilidades de se diminuir os custos que devem ser sustentados pelos participantes (Arterton, 1987, p. 50-62).

De fato, a Internet facilita o trabalho político dos cidadãos. Entretanto, para receber as contribuições e opiniões dos cidadãos, bem como para prover informação atualizada e aprofundada, novos funcionários deveriam ser integrados a cada gabinete parlamentar: alguém para responder aos e-mails que chegam com frequência; um outro funcionário para atender as demandas dos cidadãos quando se trata de ajuda junto a agências governamentais; um moderador dos fóruns digitais; redatores para atualizar e aprofundar as notícias; uma equipe para manter a parte técnica do website, entre outras atividades. Talvez aumentar o número de funcionários nos gabinetes (mesmo se a maioria dos parlamentares recusasse tal idéia por representar maior custo) possa ser uma solução. Mas, ainda assim, algumas

vezes, o próprio representante precisaria supervisionar como está ocorrendo a interação de seus assessores com os cidadãos, ou mesmo interagir diretamente quando alguns dos recursos assim demandassem. Em outras palavras, oferecer total comodidade aos cidadãos significa mais trabalho “do outro lado da tela” ou até mesmo a saturação na carga de trabalho dos representantes, caso todas as ferramentas fossem de fato implantadas. Este é um dos fatores que geram resistência quanto à adoção efetiva dos recursos digitais.

Conclusão

Este trabalho começou por explorar alguns dos princípios que devem guiar, de acordo com determinados modelos teóricos, o funcionamento da forma democrática de governo. Primeiro, alguns dos argumentos concernentes à importância da participação política foram considerados; segundo, apontaram-se autores cujo diagnóstico se refere à carência de participação dos cidadãos na produção da decisão política; finalmente, foram examinadas algumas das experiências relativas aos *new media* que buscam aperfeiçoar a participação dos cidadãos.

Os *media* digitais trazem a esperança de revigoração do ambiente político, tornando a participação dos cidadãos na discussão dos negócios públicos mais factível, uma vez que os aparatos de natureza técnica apropriados se encontram disponíveis. Desta forma, pode-se perguntar em que medida tais dispositivos estão sendo empregados efetivamente quanto ao aprofundamento da democracia e das formas de participação civil.

No intuito de responder a esta questão, construiu-se e aplicou-se uma grade analítica para avaliar como os *websites* de parlamentares estão oferecendo oportunidades de participação aos cidadãos. A tabela possui 70 itens dispostos em quatro diferentes graus que se referem à quantidade e à qualidade das ferramentas digitais. Senadores de dois países, Brasil e Estados Unidos, fizeram parte da amostra avaliada neste artigo.

Foram encontradas diferenças consideráveis entre os recursos e quanto à disposição dos senadores em receber as contribuições e intervenções dos cidadãos através da Internet. O *website* do senador americano Harry Reid obteve a melhor performance, alcançando 33,33% de todos os pontos possíveis na tabela. Os dois senadores republicanos dos Estados Unidos, William Frist e Ted

Stevens, alcançaram, respectivamente, 25,30% e 18,51%. Os senadores brasileiros apresentaram uma performance semelhante entre si, inferior àquela dos norte-americanos. José Jorge atingiu 10,49%, enquanto Renan Calheiros obteve 9,87% e Ney Suassuna, 8,02%. A maioria das ferramentas encontradas nos *websites* estão alocadas em graus mais baixos da escala, o que pressupõe serem os *websites* em questão empregados mais na autopromoção do parlamentar do que no estreitamento dos laços entre os agentes políticos e os cidadãos.

A principal conclusão deste trabalho se refere ao fato de que, apesar de todas as possibilidades e potencialidades, a Internet poderia estar sendo usada de modo mais proveitoso para fortalecer a forma democrática de governo através de uma série de ferramentas tecnicamente disponíveis, mas que vêm sendo aproveitadas de maneira ineficiente. Os agentes políticos examinados neste artigo oferecem apenas oportunidades limitadas aos cidadãos de tomarem parte, através da Internet, no processo de composição de posicionamentos dos seus representantes. Vintar afirma que tal fenômeno tem lugar porque “os cidadãos não são vistos como pares na produção das decisões que são de interesse comum. Em vez disso, os funcionários-chave na administração pública e em outras instituições públicas, incluindo os parlamentos, ainda vêem seus papéis como superiores àqueles dos cidadãos” (Vintar *et al.*, 1999, p. 92).

O estudo dos seis casos enumerados não permite que conclusões mais incisivas sejam traçadas (considere-se, ainda, o fato de que os senadores analisados, sobretudo no caso brasileiro, alinham-se a alas conservadoras no contexto interno de seus partidos), mas a suspeita que se pode lançar é a de que o sistema político, aparentemente, ainda é pouco capaz de lidar com um meio de comunicação de traço interativo mais aprofundado. As mudanças políticas tornadas possíveis pela Internet ainda têm um longo caminho a percorrer para emergir de fato.

Referências

- ARNSTEIN, S.R. 1969. A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4):216-24.
- ARTERTON, F.C. 1987. *Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?* Newbury Park, Sage, 224 p.
- BARBER, B. 2004. *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley, University of California Press, 356 p.
- BOHMAN, J. e REHG, W. (eds.). 1997. *Deliberative*

Democracy: Essays on Reason and Politics. Cambridge, MIT Press, 477 p.

CARTER, M. 1999. Speaking Up in the Internet Age: Use and Value of Constituent E-mail and Congressional Web-sites. In: S. COLEMAN e J. TAYLOR (eds.), *Parliament in the Age of the Internet*. Oxford, Oxford University Press, p. 102-117.

COLEMAN, S; TAYLOR, J. e DONK, W. van de. 1999. Westminster in the Information Age. In: S. COLEMAN e J. TAYLOR (eds.), *Parliament in the Age of the Internet*. Oxford, Oxford University Press, p. 9-25.

FALLOWS, J. 1997. *Detonando a notícia: Como a mídia corrói a democracia americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 352 p.

GOMES, W. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 452 p.

GOMES, W. 2005. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 7(3):212-222.

HELD, D. 1987. *Models of Democracy*. Stanford, Stanford University Press, 321 p.

JAMIESON, K.H. 1993. *Dirty Politics: Deception, Distraction, and Democracy*. Oxford, Oxford University Press, 352 p.

MAGAREY, K. 1999. The Internet and Australian Parliamentary Democracy. In: S. COLEMAN e J. TAYLOR (eds.), *Parliament in the Age of the Internet*. Oxford, Oxford University Press, p. 42-65.

MIGUEL, L.F. 2001. Promessas e limites da democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(46):175-77.

MIGUEL, L.F. 2002. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 45(3):483-511.

PATEMAN, C. 1992. *Participação e teoria democrática*. São Paulo, Paz e Terra, 162 p.

PUTNAM, R. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York, Simon & Schuster, 544 p.

SCHUMPETER, J. A. 1942. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York, Harper and Brothers, 381 p.

VINTAR, M.; DECMAN, M. e KUNSTELJ, M. 1999. Telematics in the Service of Democracy: The Slovenian Parliament and Other Slovenian Public Institutions on the Internet. In: S. COLEMAN e J. TAYLOR (eds.), *Parliament in the Age of the Internet*. Oxford, Oxford University Press, p. 89-101.

Sites pesquisados

Harry Reid (Democrata, Nevada). Acessado em: 10/02/2006, disponível em: <http://reid.senate.gov/>.

José Jorge (PFL, Pernambuco). Acessado em: 29/01/2006, disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/josejorge/default.htm>.

Ney Suassuna (PMDB, Paraíba). Acessado em: 22/01/2006, disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/Neysua/bemvindo.htm>.

Renan Calheiros (PMDB, Alagoas). Acessado em: 22/01/2006, disponível em: <http://www.senado.gov.br/renan/>.

Theodore Stevens (Republicano, Alaska). Acessado em: 08/01/2006, disponível em: <http://stevens.senate.gov/>.

William Frist (Republicano, Tennessee). Acessado em: 08/02/2006, disponível em: <http://frist.senate.gov/>.

Submetido em: 19/09/2007

Aceito em: 19/10/2007

ANEXO

1. ESCALA DE AVALIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS WEBSITES DE SENADORES

TABELA

IDENTIFICAÇÃO				
Nome do Senador:				
Partido:				
Estado:				
Período de Mandato:				
Endereço do site:				
Data da aplicação do exame:				
FERRAMENTAS DE PRIMEIRO GRAU				
FERRAMENTAS EXAMINADAS DE ACORDO COM PARÂMETROS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	N	0,5	1	2
1.1 Biografia: 0,5- Biografia simples (texto curto); 1- Biografia sofisticada (texto longo, com informações, por exemplo, acerca da trajetória política); 2- Biografia aprofundada (texto, cargos públicos assumidos, lista de comissões na qual o congressista toma parte e outros detalhes);				
1.2 Notícias do Congresso: 0,5- Notícias em texto apenas (desatualizada); 1- Notícias em texto apenas (atualizada); 2- Notícias formatos de texto, áudio e vídeo (atualizadas);				
1.3 Arquivo de Notícias: 0,5- Acesso a notícias publicadas nos últimos 6 Meses; 1- Acesso a notícias publicadas nos últimos 12 Meses; 2- Acesso a notícias publicadas nos últimos 12 Meses e organizadas por data e tema;				
1.4 Disponibilidade de Jornal do Congresso: 0,5- Apenas referência à versão impressa; 1- Existência de versão online apenas; 2- Existência e disponibilidade do jornal em versão impressa e online;				
1.5 Busca de Conteúdos Internos ao Website: 0,5- Motor de busca oferecido por websites comerciais (p. ex. Yahoo and Google); 1- Website oferece um motor de busca próprio mas sem opção de busca avançada; 2- Website oferece um motor de busca próprio com opção de busca avançada;				
1.6 O Congresso e seu Estado de Origem: 0,5- Informações gerais e superficiais para habitantes, visitantes e investidores; 1- Informações específicas (inclusive divididas por regiões do estado) para habitantes, visitantes e investidores; 2- Informações gerais e específicas sobre o estado e sobre sua organização política, bem como de outros representantes;				
1.7 Fotografias do Congresso: 0,5- Fotografias simples, registro de presença em eventos; 1- Fotografias simples e oficiais;				Não Aplicável
1.8 Disponibilidade de Links (Sites aos quais o Congresso recomenda visitas): 0,5- Links gerais; 1- Links organizados por categorias;				
1.9 Opinião do Congresso Acerca de Determinados Temas: 0,5- Opinião superficial, exposta através de textos curtos; 1- Opiniões baseadas em textos com maior profundidade;				
FERRAMENTAS EXAMINADAS APENAS QUANTITATIVAMENTE	N	0,5	1	2
1.10 Informações gerais acerca do desempenho do congressista a favor de seu estado;				Não Aplicável
1.11 Cópia de matérias e de trechos de jornais impressos, de rádio e televisionados no website;				
1.12 Cópia dos discursos em plenário do Congresso;				
1.13 Versão apenas de texto do website (sem imagens);				
1.14 Ferramentas de acessibilidade para usuários com deficiência;				
1.15 Website multilíngue;				
1.16 Opções para acesso via conexão banda larga ou discada;				
1.17 Informações sobre data de atualizações do website;				
1.18 Mapa do Site;				
1.19 Possibilidade de envio de conteúdo do website a outros usuários;				
1.20 Versão para impressão amigável;				
PONTOS POSSÍVEIS	20,5			
PONTOS ALCANÇADOS				
PORCENTAGEM DE PONTOS ALCANÇADOS				

FERRAMENTAS DE SEGUNDO GRAU				
FERRAMENTAS EXAMINADAS DE ACORDO COM PARÂMETROS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	N	0,5	1	2
2.1 Contato Disponível com o Congresso e sua assessoria (tratamento de temas gerais): 0,5- Instruções para contato offline, apenas; 1- Instruções para contato online, apenas (endereço de e-mail address ou formulário web); 2- Instruções para contato online e offline;				
2.2 Contato Disponível para se reportar problemas técnicos do website: 0,5- Instruções para contato offline, apenas; 1- Instruções para contato online, apenas (endereço de e-mail address ou formulário web); 2- Instruções para contato online e offline;				
2.3 Instruções Sobre Como Contactar Instituições Públicas não Conectadas ao Congresso: 0,5- Números de telefone e endereço de instituições disponíveis; 1- Endereço da instituição na Internet; 2- Números de telefone, endereços e sites de instituições disponíveis;				
2.4 Instruções Sobre Como Entrevistar o Congresso (ferramentas para Instituições de Comunicação): 0,5- Instruções para contato offline com a assessoria, apenas; 1- Instruções para contato online com a assessoria, apenas (endereço de e-mail address ou formulário web); 2- Instruções para contato online e offline com a assessoria;				
2.5 Disponibilidade de Informações Acerca do Calendário Legislativo: 0,5- Agenda de sessões plenárias anteriores (desatualizada); 1- Agenda de sessões plenárias anteriores (atualizada); 2- Agenda de sessões plenárias anteriores e futuras atualizada;				
2.6 O Congresso e sua Própria Agenda de Eventos: 0,5- Lista de eventos diários ou semanais (desatualizada); 1- Lista de eventos diários ou semanais (atualizada); 2- Lista detalhada de eventos diários (atualizada);				
2.7 Legislação Patrocinada pelo Congresso: 0,5- Simples menção à legislação; 1- Menção à legislação, disponibilidade do texto aprovado na íntegra; 2- Menção à legislação, disponibilidade do texto aprovado na íntegra e um outro texto explicativo acerca da importância da medida aprovada;				
2.8 Comissões Parlamentares das Quais o Congresso Toma Parte: 0,5- Menção simples à comissão e a seus membros; 1- Menção à comissão e a seus membros seguida de uma breve descrição de suas funções e importância; 2- Descrição detalhada da composição, funções, tarefas, agendas e discussões das comissões;				
2.9 O Congresso e Campanhas Externas à Agenda Legislativa (Apoio a entidade e a causas): 0,5- Disponibilidade de links direcionando para instituições e agentes ligados a causas extra-legislativas; 1- Relatos de ações e eventos do Congresso com vistas a apoiar determinada demanda de entidades; 2- Presença simultânea de links para entidades relativas ao tema e relatos de ações e eventos do Congresso com vistas a apoiar determinada causa;				
2.10 Disponibilidade de Newsletter (usuário se cadastra para o recebimento de notícias periódicas através de correio eletrônico): 0,5- Possibilidade de se assinar newsletter tratando de temas gerais; 1- Possibilidade de grupos específicos assinarem newsletter de acordo com seu trabalho (jornalistas ou estudantes, por exemplo); 2- Possibilidade de se assinar newsletters optando pelos assuntos a serem tratados nas mensagens a serem recebidas;				
2.11 Seções do website oferecidas especialmente a certos grupos sociais (estudantes ou crianças, por exemplo): 0,5- Uma página do website torna disponível links para sites externos com informações de interesse de determinados grupos; 1- O website oferece uma página ou site exclusivo para prover informações de relevância política mais detalhadas;				Não Aplicável
2.12 Requisição de doações: 0,5- Pedido de doações a partido ou ao próprio Congresso; 1- Pedidos de doações para outras campanhas;				
2.13 Disponibilidade de documentos e legislações: 0,5- O website oferece textos legislativos resumidos ou na íntegra, mas sem prover comentários, explicações ou outra forma de contextualização ao usuário; 1- O website oferece textos legislativos na íntegra e contextualiza a norma para facilitar a compreensão por parte do usuário;				
2.14 Compreensão do Processo Legislativo (Informações acerca de como funciona o Congresso, como as leis são produzidas e outros materiais educativos): 0,5- Texto curto ou superficial, oferecido pelo website; 1- Explicação mais aprofundada (passo a passo) acerca do processo legislativo e outras informações contextualizadas;				
2.15 Como Vota o Congresso: 0,5- Informação simples ("sim", "não", "abstenção") disponível no website; 1- Informação simples ("sim", "não", "abstenção") disponível no website, adicionada de justificativas;				

FERRAMENTAS EXAMINADAS APENAS QUANTITATIVAMENTE	N	0,5	1	2
<u>2.16</u> Existência de seção de perguntas e respostas sobre temas políticos;				Não Aplicável
<u>2.17</u> Existência de seção de perguntas e respostas sobre usabilidade do site;				
<u>2.18</u> Existência de um glossário de verbetes políticos;				
<u>2.19</u> Disponibilidade para download de relatórios e estudos preparados pelo Congressista e sua assessoria acerca de temas diversos;				
<u>2.20</u> Informações sobre como os cidadãos podem contactar a delegação de representantes de seu estado				
<u>2.21</u> Informações sobre como requisitar e obter serviços públicos (onde se pode obter a emissão passaportes ou certidões negativas, por exemplo);				
<u>2.22</u> Possibilidade de se requisitar cartas congratulatórias ao Congressista;				
<u>2.23</u> Disponibilidade de número de telefone gratuito para os cidadãos entrarem em contato com o gabinete do Congressista;				
<u>2.24</u> Disponibilidade de Press-kit para jornalistas;				
<u>2.25</u> Existência de Política de Privacidade para lidar com os dados inseridos;				
<u>2.26</u> Disponibilidade de materiais para o computador do usuário (papel de parede, por exemplo)				
<u>2.27</u> Possibilidade dada ao usuário de ser notificado a cada vez que o website é atualizado;				
PONTOS POSSÍVEIS			31	
PONTOS ALCANÇADOS				
PORCENTAGEM DE PONTOS ALCANÇADOS				
FERRAMENTAS DE TERCEIRO GRAU				
FERRAMENTAS EXAMINADAS DE ACORDO COM PARÂMETROS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	N	0,5	1	2
<u>3.1 Campanhas Virtuais / Apoio a Causas Diversas:</u> 0,5- Existência ou notícia de mecanismos para pressionar demais representantes políticos ou entidades através de instrumentos offline (cartas e abaixo-assinados); 1- Existência ou notícia de mecanismos para pressionar demais representantes políticos ou entidades através de instrumentos online hospedados fora do servidor do website (petições virtuais, por exemplo); 2- Existência ou notícia de mecanismos para pressionar demais representantes políticos ou entidades através de instrumentos online hospedados no próprio servidor do website (petições, formulários web específicos, por exemplo);				
<u>3.2 Presença de Fóruns Públicos nos quais o Congressista Toma Parte e Natureza da Discussão:</u> 0,5- Discussão moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 1- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 2- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pelos próprios cidadãos ou conversação aberta a diversos temas;				
<u>3.3 Disponibilidade de Formulários Web Específicos Para os Cidadãos Expressarem suas Opiniões Acerca de Leis ou Demais Propostas em Progresso no Legislativo e Visibilidade Dada a Tais Opiniões:</u> 0,5- Nenhuma opinião vinda de usuário é publicada no website; 1- Todas as opiniões são publicadas no website; 2- Opiniões publicadas no website apenas se os usuários decidirem por sua divulgação;				
<u>3.4 Prestação de Contas:</u> 0,5- Informações sobre como o Congressista gasta a verba pública destinada a seu gabinete; 1- Informações sobre como o Congressista e a casa legislativa onde atua gastam a verba pública destinada; 2- Informações sobre como o Congressista e os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário gastam a verba pública destinada;				
<u>3.5 Sondagens de Opinião Pública:</u> 0,5- Questão fechada, com opções de resposta pré-definidas; 1- Questão aberta, a qual pode ser respondida pelo usuário de maneira específica;				Não Aplicável
<u>3.6 Formulário Web Específico Para Usuários Reportarem Casos de Corrupção:</u> 0,5- Formulário não oferece garantias de que os relatos são confidenciais; 1- Formulário oferece garantias de que os relatos são confidenciais;				
<u>3.7 Arquivo de Promessas de Campanha do Congressista:</u> 0,5- Apenas listagem dos compromissos assumidos em campanha; 1- Listagem dos compromissos assumidos em campanha acompanhada de exposições acerca do que vem sendo feito no intuito de alcançá-los;				
<u>3.8 Informações Acerca do Processo que se Inicia Uma Vez que os Cidadãos Interagem Através do Website:</u> 0,5- Texto explicativo genérico; 1- Texto explicativo com disponibilidade de rastreamento das demandas;				
<u>3.9 Cópia (Para Acesso Posterior) dos Diálogos Travados nas salas de conversações oferecidas pelo Website:</u> 0,5- Resumo das principais perguntas e respostas desenvolvidas; 1- Disponibilidade de acesso à íntegra dos webchats.				

FERRAMENTAS EXAMINADAS APENAS QUANTITATIVAMENTE	N	0,5	1	2
<u>3.10</u> Disponibilidade de material didático para auxiliar os cidadãos na fiscalização das ações políticas dos poderes Executivo e Judiciário				Não Aplicável
<u>3.11</u> Oferecimento aos cidadãos de serviços que demandem habilidades políticas ou a intervenção do Congressista (por exemplo, auxílio do parlamentar na lide com agências governamentais);				
<u>3.12</u> Publicação de questões feitas por cidadãos e respondidas pelo Congressista;				
<u>3.13</u> Instruções ao usuário acerca de como escrever uma carta convincente ou se comunicar de modo mais competente com agentes políticos;				
<u>3.14</u> Disponibilidade dos resultados de pesquisas de opinião anteriores;				
<u>3.15</u> Formulários web específicos para coletar as impressões dos usuários acerca da qualidade do website;				
<u>3.16</u> Instruções acerca de procedimentos técnicos e requisitos de informática para se tomar parte nos fóruns e salas de conversa disponíveis no website;				
PONTOS POSSÍVEIS			16,5	
PONTOS ALCANÇADOS				
PORCENTAGEM DE PONTOS ALCANÇADOS				
FERRAMENTAS DE QUARTO GRAU				
FERRAMENTAS EXAMINADAS DE ACORDO COM PARÂMETROS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	N	0,5	1	2
<u>4.1 Presença de Fóruns Públicos nos quais o Congressista Toma Parte (Comunicação Assíncrona) - Frequência:</u> 0,5- A participação do Congressista acontece uma vez a cada trimestre, pelo menos; 1- A participação do Congressista acontece uma vez a cada bimestre, pelo menos; 2- A participação do Congressista acontece uma vez a cada mês, no máximo;				
<u>4.2 Presença de Fóruns Públicos nos quais o Congressista Toma Parte (Comunicação Assíncrona) - Natureza da Discussão:</u> 0,5- Discussão moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 1- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 2- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pelos próprios cidadãos ou conversação aberta a diversos temas;				
<u>4.3 Presença de Fóruns Públicos nos quais o Congressista Toma Parte (Comunicação Síncrona) - Frequência:</u> 0,5- A participação do Congressista acontece uma vez a cada trimestre, pelo menos; 1- A participação do Congressista acontece uma vez a cada bimestre, pelo menos; 2- A participação do Congressista acontece uma vez a cada mês, no máximo;				
<u>4.4 Presença de Fóruns Públicos nos quais o Congressista Toma Parte (Comunicação Síncrona) - Natureza da Discussão:</u> 0,5- Discussão moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 1- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pela assessoria; 2- Discussão não-moderada de um tema escolhido previamente pelos próprios cidadãos ou conversação aberta a diversos temas;				
<u>4.5 Oferecimento de Oportunidades de Encontros Face-a-face com o Congressista:</u> 0,5- Apenas cidadãos registrados previamente offline podem tomar parte no encontro; 1- Apenas cidadãos registrados previamente online podem tomar parte no encontro; 2- O website convida os cidadãos para encontro com o Congressistas sem a necessidade de registro prévio;				
<u>4.6 Disponibilidade de Instruções Acerca de Como um Grupo (de interesses, social ou de outra natureza) Pode Agendar Uma Audiência Com o Congressista:</u> 0,5- Disponibilidade de contatos offline, apenas; 1- Disponibilidade de contatos online, apenas; 2- Disponibilidade de contatos offline e online;				
<u>4.7 Facilidades de Acesso dos Cidadãos à Internet:</u> 0,5- Website faz indicação de centros de acesso; 1- O Congressista oferece salas de acesso à Internet por conta própria;				NA
PONTOS POSSÍVEIS			13	
PONTOS ALCANÇADOS				
PORCENTAGEM DE PONTOS ALCANÇADOS				
PERFORMANCE GERAL DO WEBSITE				
PONTOS POSSÍVEIS			81	
PONTOS ALCANÇADOS				
PORCENTAGEM DE PONTOS ALCANÇADOS				